

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA



II CURSO DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

CURSO DE ATUALIZAÇÃO

TEMA:
CRESCIMENTO URBANO DO BRASIL

PROFESSOR ESTAGIÁRIO
LIANA SILVEIRA

RIO
1972

134

134



LIANA
1972



r
parte



ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A atitude de Portugal para com o Brasil, nos trinta anos que se seguiram ao descobrimento, foi de simplesmente manter a Colônia. O interêsse pelas terras descobertas por Cabral só foi despertado quando a Europa ficou saturada de especiarias e seu valor começou a decair. Em consequência, ampliou-se rapidamente o consumo de manufaturas, e os franceses em incursões clandestinas pelas costas brasileiras descobriram o pau-brasil como matéria prima para manufaturas texteis. O interêsse de Portugal pela Colônia aumentou consideravelmente; o pau-Brasil garantia a exploração econômica do território.

Desde o início da colonização, a economia brasileira se organizou como uma economia colonial, fornecedora de matérias-primas e de produtos alimentares de que o mercado europeu não dispunha; formou-se o que Perroux chamou de "economia dominada" que se vai instrumentando e modificando a fim de atender às economias dominantes. Alguns produtos se mantiveram por mais tempo como principal fonte de renda e divisas do país e provocaram diversificações na paisagem rural e urbana, como o café e a cana-de-açúcar. Mas estes ciclos, provocando a ocupação de áreas diversas do território brasileiro e estabelecendo uma organização da exploração econômica do espaço ao sabor das disponibilidades do mercado e dos instrumentos técnicos conhecidos, dão origem à formação, no espaço brasileiro, de regiões de especulação, de bacias urbanas e até de regiões organizadas, segundo a terminologia de Kayser. Eles foram aos poucos, fazendo desaparecer os espaços indiferenciados, sob o comando de núcleos que funcionam ora como pólos de crescimento ora como pólos de desenvolvimento.

Na evolução da nossa economia, o ciclo do pau-brasil foi o único que não organizou o espaço, não modificando a paisagem e não gerando pólos, devido a sua curta duração e ao caráter predatório da atividade extrativa

Quando o governo português para não perder o Brasil, resolveu, povoá-lo, seria a cultura da cana-de-açúcar a atividade econômica que comandaria a ocupação e a organização do espaço. Os primeiros pólos surgiram nesta época, funcionando como entrepostos dos pontos de exploração da cana-de-açúcar, que determinou a transformação da área de atividade agro-industrial, criando uma infra-estrutura de exploração condizente com as condições técnicas e culturais da época. Como atividade complementar surgiram na região de Salvador a cultura do fumo, destinada a manter o comércio de negros da África e a pecuária, destinada ao abastecimento da área açucareira. A influência da primeira capital colonial expandiu-se por todo o país. A cana-de-açúcar expandiu a sua área de influência direta e indireta por quase toda a Colônia: alimentou os ciclos econômicos subsidiários do fumo e do gado, e influenciou os núcleos distantes que, na ausência de uma atividade mais lucrativa, limitavam-se à economia de subsistência. Após a descoberta do ouro, este passou a determinar a distribuição dos centros polarizadores na Colônia. A primeira consequência da descoberta do ouro foi imigração para o centro do país. Na região do ouro, formavam-se os núcleos populacionais isolados uns dos outros, nos pontos em que o precioso metal era encontrado. Cada núcleo, no interior, isolado, sentia necessidade de gêneros alimentícios e se de-

frontavam com a falta dos mesmos. A necessidade de abastecimento dos núcleos de população, em constante e rápido crescimento, e a necessidade de escoamento do ouro produzido iriam provocar a dinamização de outras áreas, a abertura de estradas e modificar o mecanismo de polarização formado nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil.

A exploração aurífera contribuiu decisivamente para o fortalecimento da integração nacional, que já existia no período da cana-de-açúcar, embora em menor escala, desenvolvendo, também o porto do Rio de Janeiro. A herança cultural do ciclo do ouro pode ser observada em algumas áreas urbanas: igrejas e sobrados, construídos em estilo barroco, são uma lembrança viva da riqueza e do luxo que caracterizavam a vida da época.

A guerra da independência das colônias americanas possibilitou a entrada da produção maranhense no mercado europeu. São Luís tornou-se o centro urbano mais importante da região.

Formavam-se, assim, na imensidade do território brasileiro, núcleos esparsos que polarizariam, formando regiões de exploração, grandes parcelas do território nacional. As áreas polarizadas por esses centros não eram estáticas. Ora cresciam, quando circunstâncias favoráveis do mercado internacional forçavam a aceleração da força centrípeta de que eram possuidores, ora se reduziam, quando uma retração do

mercado internacional, um esgotamento ou uma crise na produção regional provocavam uma estagnação, um estacionamento, diminuindo a ação das forças centrípetas em benefício das centrífugas. Seu rápido declínio teve como cauda principal a implantação contínua de regiões de especulação, não havendo a preocupação de orientá-las em um sentido de crescimento regular, nem em criar um mercado interno regular.

O café foi introduzido no Brasil no século XVIII e era cultivado em quase todas as capitanias. Durante as primeiras décadas do século XIX, o café passou a ser cultivado em escala comercial. A crescente demanda do café no mercado internacional fortaleceu a economia da região cafeeira, fixando o Rio de Janeiro e a região Sudeste como centros polarizadores. O Brasil, não tendo concorrentes, podia ampliar cada vez mais as suas plantações, e com estas se acelerou o povoamento da região Sudeste, que se tornou a mais importante do país; seus principais centros urbanos cresceram, criando uma verdadeira rede de cidades, uma constelação de pólos bem hierarquizados. A importância econômica do café se acentuou durante a República Velha (1889-1930). O café provocou a concentração da população na região Sudeste e favoreceu o desenvolvimento de um grande número de centros urbanos.

Principalmente nos eixos ferroviários; elevou o nível de vida da população da região; importou mão-de-obra européia, muitas vezes qualificada, em plena Revolução Industrial; instalou uma infra-estrutura de transportes com ferrovias e portos organizados e criou um mercado consumidor razoável. Com o desenvolvimento da cultura do café no Estado de S. Paulo, a capital paulista cresceu rapidamente, em função da criação de serviços e de indústrias: a cidade de S. Paulo transformou-se em metrópole nacional e provocou no Sudeste a "corrida para a cidade", início do processo de urbanização.

No mesmo período, outras cidades provocaram a urbanização em diferentes regiões: a população de Porto Alegre triplicou; as populações de Recife e Salvador duplicaram; e as de Belem e Rio de Janeiro quadruplicaram. O crescimento de S. Paulo superou todos os índices: sua população se tornou dezoito vezes maior. No século XX São Paulo despontava como pólo nacional, com todos os requisitos necessários à implantação do parque industrial, fator que lhe permitiu alcançar sua atual posição de destaque na vida nacional e internacional.

Dispomos ainda de extensão territorial imensa por ocupar, senão vejamos nossa realidade demográfica regional e estadual,

ESTATOS	hab. / km ²
AMAZONAS	0.62
PIAUI	6.91
ALAGOAS	58.09
RIO de JANEIRO	113.79
GUANABARA	3.685.52
S. PAULO	72.61
PARANA	35.15
MATO GROSSO	1.32

ANO	hab. (milhoes)
1872	10,1
1890	14,3
1900	17,4
1920	30,6
1940	41,2
1950	51,9
1960	71,9
1970	93,2

2°

Parte

É necessário, pois, ser inventivo, mas não há
há tradições a seguir neste campo.
Criam-se problemas quase insolúveis, pois o que se
faz aqui em uma região desconhecida poderá ser
considerado uma aberração em outras regiões.
Nos Estados do sul, existe, em particular em Santa
Catarina e Rio Grande do Sul, uma longa tradição
na recuperação das municipalidades para a solução
de seus problemas comuns, como abastecimento de
água, energia elétrica, esgoto, e manutenção de
as vias públicas.



Para se compreender a política nacional de desenvol-
vimento, é necessário ter presente algumas idéias ,
talvez não convencionais ao nosso país.
Estão aqui as que parecem relevantes no contexto a-
tual, no estágio em que nos encontramos.
As dimensões e a diversidade geográfica do Brasil
tornam-se um problema quando se pensa em estabele-
cer na prática: legislação, regulamentos, normas, e
controles, com referência ao desenvolvimento urbano
e local em função de uma política do governo central.

É necessário, pois, ser inovador, uma vez que não há tradições a seguir neste campo.

Criam-se problemas quase insolúveis, pois o que seria aceito em uma região com razoável, poderá ser considerado uma aberração em outras regiões.

Nos Estados do sul, existe, em particular em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, uma longa tradição na cooperação entre municipalidades para a solução de seus problemas comuns, como abastecimento d'água, energia elétrica, esgoto, e manutenção das vias municipais.

Talvez seja ^{uma} do tipo do colonizador na área, principalmente os de origem germânica, italiana e outras com acentuado nível de tradição comunal, acostumados a essas formas de cooperação.

Já no Nordeste, esse tipo de colaboração seria muitas vezes entendido como uma forma de enfraquecimento do prestígio dos líderes locais, em relação à competição pelos anseios superiores a candidaturas a postos eletivos ou públicos.

No Norte, na Região Amazônica, a cooperação é praticamente impossível, dentro do que poderíamos chamar de vazio demográfico da área.

As conseqüências dessa situação são relações político-administrativas entre os líderes locais diretamente com os governos estaduais e mesmo diretamente com o Governo Federal.

Acrescente-se que também é tradicional a concentração do poder econômico nas mãos do Governo Federal, que foi sempre um fator determinante para a formação desses hábitos político-administrativos.

A administração colonial brasileira tinha um alto grau de liberdade em relação a decisões locais, desde que não afetasse matéria econômica. O poder Colonial não se interessava pelos aspectos que não estavam diretamente ligados à estabilidade política e a proveitos econômicos.

Tais assuntos eram deixados nas mãos do administrador local. Talvez esta seja a diferença fundamental entre a colonização portuguesa e espanhola na América Latina e como resultado se desenvolveu no Brasil o conceito exagerado de autonomia municipal.

Para fins de desenvolvimento, o governo local é sempre dependente de ajuda financeira dos níveis superiores das administrações estadual e federal.

A importância do político foi, assim, ampliada, pois era esse o homem que podia funcionar como intermediário para atrair investimentos ou ajudas de qualquer natureza para o município, dos níveis superiores para o nível municipal.

Ainda que o poder central não tivesse nenhum interesse especial em assuntos locais, a máquina administrativa colonial era bastante bem supervisionada.

E através desta se mantinha o controle político. Em relação ao poder colonial, tinha este sem dúvida, boa administração, pelo menos do ponto de vista do poder colonial.

O quadro presente da administração local brasileira é uma situação formal, não inovadora e não imaginativa. São administrações municipais supercargadas com pessoal inteiramente despreparado e incapaz, tendo como consequência evidente um serviço pobre para a comunidade. Esta situação criou uma burocracia de baixo padrão e também de baixo nível salarial.

O nível da atividade profissional no governo local tem sido sistematicamente deteriorado. Os mais eficientes e capazes profissionais ou funcionários têm-se encaminhado para o setor privado. Com a industrialização e o desenvolvimento decorrentes, cada vez maior é a demanda nesse setor, em especial nos setores secundários e terciários da economia, em que tem ocorrido com frequência, dada a diversidade produzida pelo processo de industrialização e sofisticação da economia brasileira.

Os problemas de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento local têm sido até o momento tratado de forma periférica, no que toca a providências legais. A Constituição de 1967 (modificada pela Emenda nº 1, de 1969), reconhece, em seu artigo 164, a existência de áreas metropolitanas. Entretanto, o pro

o problema foi tratado mais como interferência do poder central na realização de obras e nos investimentos públicos em áreas metropolitanas, do que na procura das soluções planejadas e integradas para essa mesma comunidade.

Veja-se a atenção dada aos problemas rurais, com a criação do IBRA e do INDA, integrados agora no INCRA, e ainda recentes atos relativos à reforma agrária.

Os problemas urbanos já contam hoje com cerca de 55% da população brasileira, e só tiveram como entidade responsável o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, criado em conjunto com o B.N.H., em 1964.

A legislação atualmente é inserida em várias outras leis, como é no caso da reforma tributária.

No Fundo de Participação dos Municípios, são dadas algumas indicações no sentido de que os recursos alocados deveriam pressupor uma aplicação programada desses recursos. Implicitamente é uma admissão tácita da necessidade de planejamento. Explicitamente nada havia indicado em legislação federal específica; somente o Estado de São Paulo, por recomendação e interferência do jurista Hely Lopes Meirelles, é o único que tem legislação específica sobre a matéria. Assim, exige que os municípios apresentem "planos de desenvolvimento local integrado" como condição sine qua non para o repasse de recursos do Go-

do Governo Federal a essas áreas, e também, para os investimentos a serem feitos pelo Governo Estadual em nível municipal.

A evolução dos conceitos e concepções de planejamento no Brasil, tiveram suas raízes na influência da teoria e pensamentos socialistas prevaletentes nas ciências sociais. Isto conduziu a um sistema de agências estatais de planejamento, que deveriam ser comandadas sempre do mais alto escalão do Governo e procurando funcionar à base de um sistema de controle descendente. É quase impossível a montagem eficiente desse sistema, no caso do planejamento urbano e local.

O estudo da história dos países industrializados e a teoria econômica, demonstraram a existência de forte correlação positiva entre urbanização, desenvolvimento econômico e progresso social.

Mais do que aprovar o desenvolvimento econômico, o crescimento urbano é, num ditado medieval, importante politicamente, pois "o ar da cidade faz a liberdade". (Como ilustração, vide o Gráfico nº 1).

Seja pelo que nos demonstra a história do desenvolvimento comparado dos setores econômicos, por lógica ou intuição, é inegável que urbanização e desenvolvimento econômico se apoiam e se reforçam mutuamente.



(Gráfico nº 1)

Quando os planejadores verificaram que através de estruturas arcaicas era excessivamente difícil conseguir eficiência, e que também dificilmente se resolveria a necessidade inadiável de promover desenvolvimento social e econômico, outras formas de filosofias de planejamento começaram a se esboçar. As grandes áreas metropolitanas cresceram mais rapidamente do que a população urbana, como um todo. O caso típico é a área metropolitana de São Paulo. No município de S. Paulo reside um terço da população do Estado, mas na área metropolitana de São

de São Paulo, com cerca de quarenta (40) municípios, residem mais de oito (8) milhões de pessoas.

No Grande Rio verificou-se fenômeno semelhante. O processo de crescimento urbano é inevitável, é desejável, mas deve ser coordenado e comandado. É uma tendência histórica irreversível o aumento das populações das cidades, e numa sociedade livre todo cidadão tem o direito de fazer a opção de onde viver, de onde educar seus filhos, e de onde exercer suas atividades.

O crescimento das cidades está intimamente relacionado com o aumento da produtividade agrícola. À medida que as populações dos campos se deslocam para as cidades, inicia-se um processo de substituição de força muscular humana nos trabalhos agrícolas por força animal, mecânica e elétrica, sendo que, em breve, por força atômica.

O aumento da produtividade agrícola está relacionado com o aumento da tecnologia.

Por conseguinte, assim é que é desejável a urbanização, porque ela vem acompanhada do crescimento da produtividade agrícola.

(ver Gráfico nº 2)

ÁREA, POPULAÇÃO E DENS. DEMOGRÁFICA

REGIÕES	ÁREA Km ²	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/KM ²
NORTE	3.581.180	3.156.095	0.88
NORDESTE	1.548.672	28.182.117	18.19
SUDESTE	924.935	39.584.318	42.79
SUL	577.723	16.305.617	28.22
CENTRO-OESTE	1.879.455	5.009.393	2.66

(Gráfico nº 2)

A política de desenvolvimento urbano e local deveria prever alternativas e opções de objetivos, como por exemplo: favorecer o crescimento da urdidura de cidades, médias e grandes; favorecer a melhoria de condições sócio-econômicas nas grandes áreas metropolitanas; induzir o crescimento das áreas urbanas e metropolitanas de forma equilibrada, ou promover as "regiões megalopolitanas"; promover a ocupação do vazio territorial do Brasil-Central e Amazônico, ou intensificar a utilização de regiões com infra-estruturas e economias externas razoáveis, procurando maximizar sua relação custo-benefício.

É pela concentração das pessoas nas cidades que se torna mais eficiente produzir e distribuir os elementos básicos para o desenvolvimento econômico.

Dessa forma, entidades especializadas a nível de várias alçadas de governo, deverão ser criadas com urgência, procurando-se, contudo, fugir ao formalismo e convencionalismo das entidades oficiais, eminentemente burocráticas, fato que inegavelmente bloqueia o desenvolvimento não só urbano como total da nação.

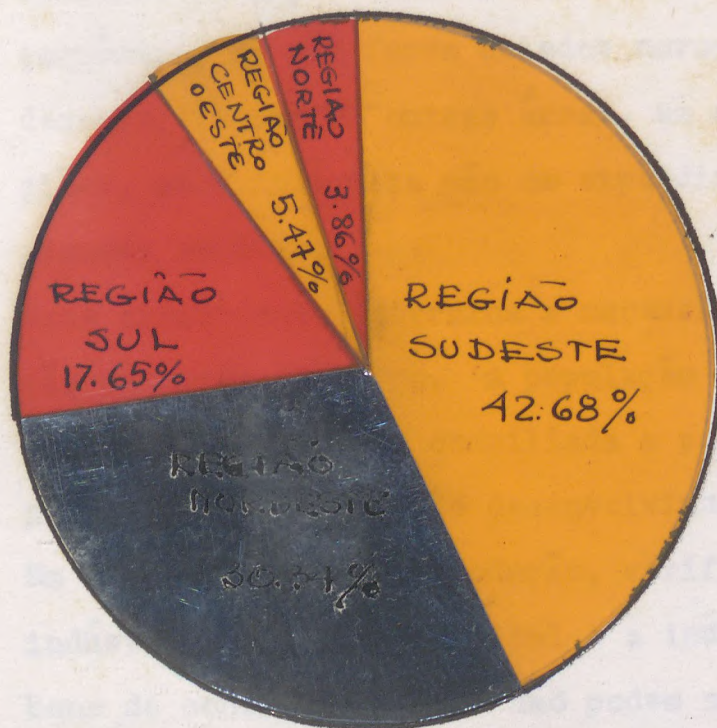
A urbanização, o crescimento urbano, as cidades, são, por tradição, centros de criatividade.

A humanidade realmente só começou a progredir quando os homens começaram a viver em aglomerados, saindo do isolamento tribal.

Todas as invenções da humanidade são produtos das civilizações urbanas, mesmo aquelas que afetam e atendem ao homem do campo. O crescimento das cidades amplia e organiza os mercados e dá base para o desenvolvimento da agricultura, e, ao mesmo tempo, é a cidade que vende aos homens do campo os meios de modernização da produção agrícola.

No Brasil, a população dos campos atingiu a uma cifra aproximada de quarenta e dois (42) milhões de pessoas, e não deverá ultrapassar esta cifra, porque todo crescimento se fará nas cidades através do crescimento natural e da migração.

(Ver Gráfico nº 3)



DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO

(Gráfico nº 3)

O êxodo da população rural do nosso país tende a decrescer, sendo que a nossa taxa de crescimento demográfico, nas cidades, é de quase 3% ao ano, portanto, aproximadamente, três (3) milhões de pessoas por ano.

Nas grandes áreas metropolitanas o crescimento acelerado espontâneo, às vezes anárquico, tem gerado graves problemas.

Isto leva talvez à conveniência da descentralização das atividades econômicas, pois não se pode evitar o vertiginoso crescimento das áreas metropo

metropolitanas, se nela se localiza a atividade econômica, se não forem criados novos polos de desenvolvimento em outras áreas, em outras regiões, se a indústria não se expandir fora dos grandes centros.

Esse crescimento determina a necessidade de criação de novos empregos. A população vem para a cidade, e deverá ser conciliada a política de emprego com a política de desenvolvimento.

Em outros setores de produção, verificamos que a indústria de bens de capital e a indústria de bens de consumo duráveis não podem ser sacrificadas a uma política de emprego que force a iniciativa privada a ocupar mais pessoas do que é necessário. Serão setores moderadamente empregadores, em que deve predominar a tecnologia moderna.

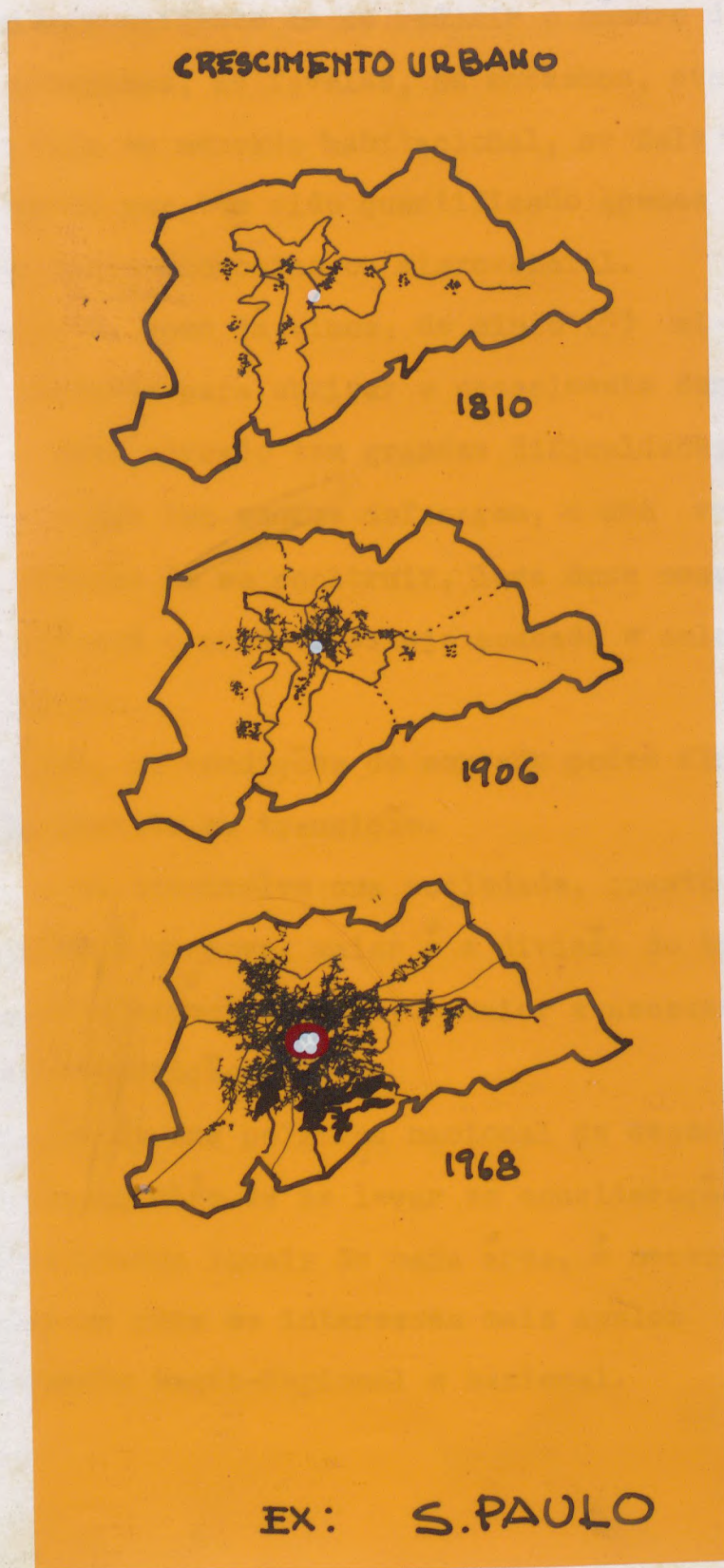
Deve predominar a capacidade de produzir barato para exportar e para competir dentro do nosso mercado interno.

A indústria de bens de consumo também é moderadamente empregadora.

Como setores intensamente empregadores, os serviços e a construção civil, são os exemplos mais evidentes.

O setor da construção civil tem respondido à necessidade de criação de mais empregos, e deverá ser por muitos anos ainda o baluarte de emprego em nosso país.

O censo de 1970, deu os seguintes dados sobre as características dos domicílios particulares do nosso país, nos centros urbanos e suburbanos:



Pelo visto, temos necessidade de mais cinco (5) milhões de casas e apartamentos para atender ao crescimento da população urbana.

Há necessidade evidente de se reduzir o número de casa, infra-humanas, as favelas, os mocambos, etc.

Quando se fala em mercado habitacional, se fala de um elemento que tem sido quantificado apenas no sentido micro-econômico ou micro-social.

Há necessidade, como já vimos, de cinco (5) milhões de unidades para abrigar o crescimento demográfico, e este mercado tem grandes dificuldades. É um mercado que tem enorme defasagem, e uma vez tomada a decisão de se construir, leva doze meses ou mais, até que o produto esteja acabado e colocado no mercado.

Nesse período, as condições do mercado podem flutuar; é um mercado em transição.

Quanto mais se desenvolve uma sociedade, quanto mais evoluído é um povo, maior é a divisão do trabalho, maior a especialização, e maior a necessidade de intermediação.

Na formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano, além de se levar em consideração as potencialidades locais de cada área, é necessário atentar-se para os interesses mais amplos do desenvolvimento macro-regional e nacional.

Somente numa perspectiva global será possível de-
cidir-se racionalmente sobre a conveniência ou não
de serem desenvolvidas determinadas atividades eco-
nômicas em certas áreas. É também, dentro dessa
perspectiva macro-regional e nacional, que se tor-
na possível propor o melhor aproveitamento do po-
tencial demográfico do país, através da orienta-
ção dos fluxos migratórios inter-regionais.

A definição de regiões-programa-de-desenvolvimen-
to é uma tarefa extremamente complexa, que envol-
ve análises amplas e detalhadas da estrutura re-
gional da economia brasileira.

Além disso, entrarão em jogo interesses não apenas
do Governo Federal, mas também dos governos esta-
duais e locais.

O ponto de partida para a formulação de uma polí-
tica nacional de desenvolvimento urbano, deve ser,
por conseguinte, o conhecimento pormenorizado do
potencial econômico em nível macro-regional, para
todo o país.

A definição inicial de regiões-programas e de polos
de desenvolvimento, deverá ser suficiente para per-
mitir uma revisão permanente da mesma, agrupando ou
desmembrando áreas, ou ainda, criando ou suprimin-
do polos.

Os polos de desenvolvimento, por seu turno, deve-
rão ser definidos com base nos estudos prelimina-

preliminares de polarização, que deverão dar uma idéia dos Centros melhor equipados e das suas áreas de influência.

Poderão ser, quanto à escala:

- a) de interesse nacional;
- b) de interesse macro-regional;
- c) de interesse estadual.

Poderão ser, quanto à função:

- a) de caráter industrial;
- b) de caráter turístico;
- c) de caráter diverso.

Eventualmente, em casos particulares de regiões agrícolas, a idéia de polo poderá ser revista e condicionada à melhor forma de acelerar o da área.

Assim estarão equacionadas as bases para a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano.

Será necessário ainda definir a dinâmica desses polos e regiões, em termos de prioridade e de ritmo do seu desenvolvimento, para se completar o quadro dessa política.

Serão necessários, também, recomendações sobre normas e padrões de urbanização, que possibilitem ordenar o crescimento dos centros urbanos, evitando os erros de sub e super-produção do solo.

Tendo compreendido perfeitamente todos esses problemas, foi criado pelo Governo o SERFHAU, órgão encarregado de implantar e supervisionar as fases de execução do Sistema de Planejamento Local Integrado.

Devido à complexidade brasileira, verificou o Governo a necessidade de implantar um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado, com uma estrutura descentralizada.

O organismo central do Sistema será o SERFHAU, entidade ligada ao Banco Nacional de Habitação, e que terá funções de caráter operacional.

Um balanço final do que já se elaborou ou está em elaboração, tanto no campo da definição de política nacional de desenvolvimento urbano, como no da montagem do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado, coloca, frente aos órgãos e técnicos envolvidos, uma série de proposições e tarefas a serem realizadas, como parte do conjunto de metas do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Governo Federal, através de diversos Ministérios e de outros organismos administrativos, tem demonstrado acentuada preocupação com o problema. Exemplos desse interesse, foram os primeiros passos dados pelo FINEP, no sentido de financiar Planos Locais, a saber: preparação do projeto de

de reforma dos artigos da Constituição Federal que se referem aos municípios; a elaboração de um projeto de lei federal para disciplinar loteamentos urbanos; a organização do SERFHAU e as atividades que esse organismo desenvolveu nos últimos dois anos; a organização de setores de desenvolvimento urbano no EPEA e no Gabinete do Ministro do Planejamento, etc.

Vários governos estaduais e municipais também já vêm se movimentando na área do planejamento local.

Além dessas iniciativas no plano nacional, organismos e instituições internacionais, tais como o BID, a USAID, e outros, têm incentivado de forma bastante expressiva as atividades de planejamento local no Brasil.

Todas essas constatações são sintomas evidentes da fase que a administração pública do país atravessa, substituindo métodos arcaicos, com características semi-patriarcais, por novos e modernos métodos, nos quais o planejamento é sempre situado com destaque.

Nos últimos oito a dez anos testemunhou-se a criação de organismos de planejamento nos escalões superiores do Governo, Ministérios, órgãos Regionais (SUDENE, SUDAM), e organismos estaduais de

de planejamento se multiplicaram, cobrindo todo o Território Nacional.

Ao lado dessas crescentes manifestações de interesse, por parte dos poderes públicos, registra-se também uma grande movimentação nos meios técnicos tradicionalmente ligados aos problemas do desenvolvimento urbano.

Os erros e acertos certamente serão constatados e verificados empiricamente, mas ajustes posteriores proporcionarão, seguramente, a prazo médio, a implantação de um Sistema Nacional, que realmente possa contribuir para a melhoria dos padrões de vida nos centros urbanos, e para uma maior racionalização nos investimentos públicos e privados, que serão feitos no setor do desenvolvimento urbano no país.



Trabalho a priori, por serem
o texto com boa documentação, bibli-
e lógica e raciocínio
de longa duração
e deve ser feita uma revisão
da bibliografia para normalizá-la
segundo as regras da ABNT e ABPD.
18.9.72
Consultar o chefe de Serviço de
Documentação da Fac. de Letras

BIBLIOGRAFIA

1. Desenvolvimento Urbano no Brasil
B.N.H. - E.P.E.A.
2. Revista da Construção Civil
Nº 159.
3. Áreas de Desenvolvimento Urbano
C.E.N.P.H.A.
4. Revista de Administração Municipal
I.B.A.M. - Nº 104
5. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico
e Social - M.P.C.G.
6. Revista Realidade - Número Especial
"Nossas Cidades" - Abril Ed.
7. Enciclopédia Delta-Larousse
1971.

